

## O PROFESSOR E A INCLUSÃO ESCOLAR: uma leitura foucaultiana da subjetivação docente

Esther Lobo de Farias<sup>1</sup>  
Taísa Caldas Dantas<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo analisa os desafios da docência no contexto das políticas de inclusão escolar sob uma perspectiva foucaultiana, focalizando o professor como sujeito atravessado por discursos, práticas e afetos que produzem modos particulares de existência. Ao compreender a inclusão como campo discursivo, ético e de experiências, o estudo investiga como se constituem os regimes de verdade que configuram o “professor inclusivo” e de que modo esses discursos participam dos processos de subjetivação docente. Ancorado na analítica foucaultiana da subjetivação e do poder, o texto propõe uma leitura genealógica das práticas educativas, evidenciando o cotidiano escolar como espaço de produção de si, em que o professor é simultaneamente conduzido por racionalidades inclusivas e capaz de reinventar-se no exercício ético e político de sua prática. As vozes docentes, tomadas como materialidades discursivas, revelam as tensões vividas na inclusão, entre o dever de acolher e as condições concretas do trabalho, sem estabelecer relação causal simples entre políticas e desafios, mas acompanhando como os professores elaboram essas exigências em seus processos de subjetivação. Em diálogo com os Estudos Culturais da Educação, o artigo assume o inacabamento da pesquisa como princípio epistemológico, concebendo o conhecimento como movimento aberto a novos modos de pensar a docência e a inclusão.

**Palavras-chave:** Inclusão escolar. Subjetivação docente. Processos de subjetivação.

---

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia pela UFPB. Especialista em Educação a Distância, Neuropsicopedagogia e ABA. Gestora Pedagógica na Rede Municipal de Ensino de João Pessoa-PB. Mestranda em Educação pelo PPGE/UFPB, na linha de Estudos Culturais da Educação. E-mail: [esther.lfarias@professor.joaopessoa.pb.gov.br](mailto:esther.lfarias@professor.joaopessoa.pb.gov.br).

<sup>2</sup> Doutora e Mestre em Educação pelo PPGE/UFPB. Professora Adjunta do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, atuando na área de Educação Especial. Vice-coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas *Educação e Emocionalidade* (CNPq). Pesquisa temas ligados à Educação Emocional, Inclusão, Empoderamento, Gênero e Estudos Culturais. E-mail: [taisa.cd@gmail.com](mailto:taisa.cd@gmail.com).

## The Teacher and School Inclusion: a Foucauldian reading of teacher subjectivation

**Abstract:** This article analyzes the challenges of teaching within the context of school inclusion policies from a Foucauldian perspective, focusing on the teacher as a subject traversed by discourses, practices, and affects that shape particular modes of existence. By understanding inclusion as a discursive, ethical, and experiential field, the study examines how regimes of truth that constitute the “inclusive teacher” emerge and how these discourses participate in processes of teacher subjectivation. Grounded in Foucault’s analytics of power and subjectivation, the text offers a genealogical reading of educational practices, highlighting school life as a space of self-formation in which teachers are both guided by inclusive rationalities and capable of reinventing themselves through the ethical and political exercise of their practice. Teachers’ voices, approached as discursive materialities, reveal the tensions experienced in inclusion—between the moral duty to welcome and the concrete conditions of work—without establishing a simplistic causal link between policies and challenges, but instead tracing how teachers elaborate these demands in their processes of becoming. In dialogue with Cultural Studies in Education, the article embraces the unfinished nature of research as an epistemological principle, conceiving knowledge as an open movement toward new ways of thinking about teaching and inclusion.

**Keywords:** School inclusion. Teacher subjectivation. Processes of subjectivation.

El Docente y la Inclusión Escolar: una lectura foucaultiana de la subjetivación docente

**Resumen:** Este artículo analiza los desafíos de la docencia en el contexto de las políticas de inclusión escolar desde una perspectiva foucaultiana, centrando la atención en el profesor como un sujeto atravesado por discursos, prácticas y afectos que configuran modos particulares de existencia. Al comprender la inclusión como un campo discursivo, ético y experiencial, el estudio examina cómo se constituyen los regímenes de verdad que dan forma al “docente inclusivo” y de qué manera estos discursos participan en los procesos de subjetivación docente. Basado en la analítica foucaultiana del poder y de la subjetivación, el texto ofrece una lectura genealógica de las prácticas educativas, destacando la vida escolar como un espacio de producción de sí, en el cual el profesor es simultáneamente conducido por racionalidades inclusivas y capaz de reinventarse mediante el ejercicio ético y político de su práctica. Las voces docentes, tomadas como materialidades discursivas, revelan las tensiones



vividas en la inclusión entre el deber moral de acoger y las condiciones concretas de trabajo, sin establecer una relación causal simplista entre políticas y desafíos, sino acompañando cómo los profesores elaboran estas exigencias en sus procesos de devenir. En diálogo con los Estudios Culturales de la Educación, el artículo asume el carácter inacabado de la investigación como principio epistemológico, concibiendo el conocimiento como un movimiento abierto a nuevas formas de pensar la docencia y la inclusión.

Palabras clave: Inclusión escolar. Subjetivación docente. Procesos de subjetivación.

### **Aspectos introdutórios**

Um dos grandes compromissos da Educação Básica nas últimas décadas tem sido a inclusão escolar de estudantes público-alvo da educação especial. Influenciada por marcos legais nacionais e internacionais, essa política busca assegurar não apenas o acesso à escola, mas também o direito à aprendizagem, contemplando pessoas com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação.

Entretanto, a concretização desses ideais não se dá de forma automática. É no cotidiano escolar que as políticas se materializam, e, nesse cenário, o professor é frequentemente convocado como um dos principais protagonistas na efetivação da política inclusiva, já que é na sala de aula que os princípios normativos se traduzem em práticas pedagógicas (Larrosa, 2018).

Tal centralidade, contudo, coloca em evidência a distância entre o ideal normativo e a realidade cotidiana da docência, marcada por diferentes condições materiais, institucionais e subjetivas. A análise dessa distância pode ser informada por perspectivas foucaultianas, que nos ajudam a compreender como as normas e discursos sobre a inclusão participam dos processos de subjetivação docente e da organização das experiências escolares (Foucault, 2004, 2014; Veiga-Neto, 2007). É nesse “entre-lugar”, entre o que propõe a

norma e o que se vive no cotidiano escolar, que emergem tensões, silêncios e sentidos múltiplos acerca da inclusão, os quais constituem um campo fértil para a escuta e análise das narrativas docentes, utilizando-se, talvez, de metodologias de pesquisas pós-críticas em educação (Meyer; Paraíso, 2021).

Desse modo, ao considerar a escola como esse espaço atravessado por forças normativas e práticas cotidianas, torna-se necessário olhar para as experiências docentes não apenas como respostas técnicas às demandas da inclusão, mas como modos de existência produzidos em meio a discursos e relações de poder (Foucault, 2004; Veiga-Neto & Lopes, 2007). Ainda que as políticas de inclusão defendam valores éticos de equidade e justiça social (Unesco, 1994; ONU, 2006), é preciso indagar: que formas de subjetividade docente são engendradas no interior da escola diante dos desafios da inclusão? Como os professores respondem a essas exigências, seja por meio da resistência, da reprodução ou da reinvenção dos modos de ser que lhes são atribuídos? E que afetos são mobilizados nesse processo, no entrelaçamento tenso entre o dever de incluir e as condições concretas que perpassam o cotidiano escolar?

Nessa direção, o estudo apresentado neste artigo ancora-se na perspectiva foucaultiana da subjetivação e da genealogia para problematizar as formas pelas quais o discurso da inclusão escolar atravessa, constitui e interpela o trabalho docente. Inspirada na concepção foucaultiana, a genealogia não busca reconstruir uma origem ou uma linearidade histórica, mas tensionar as condições que possibilitam o aparecimento de determinados saberes e práticas como verdadeiros. Nesse sentido, Foucault (2004, p. 172) afirma que

A genealogia seria, portanto, com relação ao projeto de uma inscrição dos saberes na hierarquia de poderes próprios à ciência, um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torná-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico (Foucault, 2004, p. 172).

Ao assumir essa perspectiva, o estudo reconhece a relevância de escutar e analisar as vozes docentes não como meros relatos de experiência, mas como saberes que complexificam e pluralizam os discursos oficiais e científicos sobre a inclusão (Larrosa, 1998; Silva, 2016). O interesse recai, assim, sobre as experiências e posições de sujeito produzidas nesse campo discursivo, buscando compreender de que modo os professores são convocados a se reconhecer e a se conduzir eticamente diante das demandas da inclusão (Foucault, 2010a, 2010b). A pesquisa se inscreve, portanto, no esforço de mapear as condições históricas, políticas e discursivas que tornam possível falar, pensar e agir sobre o “professor inclusivo” na contemporaneidade, entendendo esses discursos como parte de uma rede mais ampla de poder e saber que atravessa a educação (Foucault, 2014; Veiga-Neto, 2007).

O objetivo mais amplo é compreender como os discursos e afetos que atravessam o cotidiano escolar participam da constituição das práticas e experiências docentes, ao mesmo tempo em que abrem brechas para resistências e reinvenções de si. De modo mais específico, pretende-se: (1) compreender os sentidos e afetos mobilizados nos discursos que atravessam a experiência docente no contexto da inclusão escolar; (2) identificar as práticas discursivas e afetivas que participam da constituição dos modos de existência e das experiências éticas do professor em situações de inclusão; e (3) reconhecer possibilidades de criação e de reinvenção de si que emergem nas vivências docentes atravessadas pela inclusão.

Metodologicamente, o estudo inscreve-se no campo das pesquisas pós-críticas em educação, adotando a análise do discurso de inspiração foucaultiana como estratégia central de investigação (Meyer; Paraíso, 2021). Essa escolha pressupõe compreender os discursos não como espelhos da realidade, mas como práticas que produzem verdades, organizam modos de pensar e instituem

posições de sujeito. Nesse horizonte, as narrativas docentes são concebidas como materialidades discursivas, examinadas em suas regularidades, descontinuidades e jogos de verdade, com o objetivo de mapear os modos pelos quais os professores se reconhecem, se governam e se reinventam no interior dos discursos da inclusão escolar. A genealogia opera, assim, como exercício de problematização: em vez de buscar causas, origens ou explicações lineares, procura evidenciar as condições históricas, políticas e afetivas que tornam determinados enunciados possíveis, inteligíveis e produtivos no presente.

Importa destacar que este artigo apresenta a fundamentação teórica e metodológica de uma pesquisa ainda em desenvolvimento. Nesse sentido, a etapa empírica, que consistirá na realização e análise de entrevistas narrativas com professores da educação básica, será iniciada após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Dessa forma, as reflexões aqui elaboradas não correspondem a resultados empíricos, mas integram o arcabouço conceitual e analítico que sustentará a investigação, especialmente no que se refere à compreensão foucaultiana da subjetivação docente no contexto das políticas de inclusão escolar.<sup>3</sup>

## **1 As precauções de método na analítica foucaultiana e sua pertinência para o estudo da subjetivação docente na Educação Inclusiva**

Ao propor uma análise distinta da tradição jurídica e institucional, Foucault desloca o foco da soberania para o exercício capilar e produtivo do poder. Em “Em Defesa da Sociedade” (1976), especialmente na aula de 14 de janeiro,

---

<sup>3</sup> Parte da revisão textual e do aprimoramento estilístico deste capítulo contou com o apoio de ferramenta de inteligência artificial (IA), utilizada exclusivamente para correções linguísticas, ajustes de coesão e aprimoramento da clareza. As decisões teóricas, analíticas e autorais são integralmente da pesquisadora, em conformidade com os princípios éticos de produção científica e transparência no uso de tecnologias digitais.

apresenta cinco precauções de método que funcionam como ferramentas para compreender as tramas de poder que atravessam sujeitos e práticas sociais, incluindo as formas pelas quais os professores se constituem em suas experiências de inclusão (Foucault, 2010b). No campo educacional, essas precauções permitem analisar a inclusão não apenas como política normativa, mas como rede de relações e produções de verdade que configuram o sujeito docente.

A primeira precaução indica que o poder deve ser observado em suas extremidades, onde se torna capilar (Foucault, 2010b, p. 25), isto é, nos gestos, normas e práticas cotidianas. Essa abordagem possibilita compreender a inclusão como exercício de governo das condutas e de constituição de subjetividades, mais do que como mera diretriz legal.

A segunda precaução afasta a busca de uma intenção de poder. Para Foucault, o poder não é algo que alguém possui, mas um conjunto de práticas que produz efeitos. Aplicado à inclusão, isso desloca o olhar das intenções declaradas nas políticas para as práticas que estabilizam verdades pedagógicas, como as expectativas dirigidas ao “bom professor inclusivo”. Como lembra Larrosa (1998), a experiência educativa envolve abertura ao que nos acontece, o que aproxima sua reflexão do gesto foucaultiano de pensar o poder como relação e não vontade. A inclusão, assim, torna-se campo de experiências que produzem saberes e resistências (Lopes; Fabris, 2020).

A terceira precaução recusa compreender o poder como dominação unidirecional, enfatizando seu caráter relacional e móvel. Foucault (2010b, p. 26) destaca que o poder circula, não está localizado nem é possuído, e só funciona em rede. Essa compreensão abre caminho para a quarta precaução, que propõe uma análise ascendente do poder.

A quarta precaução consiste em partir dos mecanismos locais e cotidianos para compreender como são investidos e articulados por formas mais amplas de



dominação (Foucault, 2010b). Em vez de deduzir as práticas escolares a partir das leis e políticas, trata-se de observar como estas se materializam em normativas internas, avaliações, registros e práticas discursivas que produzem a figura do “professor inclusivo”. Essa abordagem é decisiva para uma genealogia da inclusão, pois mostra como as políticas educacionais se tornam dispositivos de governo dos sujeitos (Veiga-Neto; Lopes, 2007).

Por fim, a quinta precaução ressalta a inseparabilidade entre poder e saber. O poder depende da formação e circulação de saberes, como diagnósticos, relatórios e classificações que, na escola, não apenas descrevem, mas produzem a realidade ao nomear alunos e professores. Larrosa (2018) observa que o professor provoca efeitos imprevisíveis, perspectiva que dialoga com a analítica poder-saber ao compreender a docência como prática que produz verdades e acontecimentos singulares.

Conjuntamente, essas precauções configuram uma virada epistemológica: o poder deixa de ser substância para ser relação, e as práticas de inclusão aparecem como matrizes que orientam modos de interpretar experiências e constituir identidades docentes (Veiga-Neto, 2007). A analítica foucaultiana torna visíveis esses processos de subjetivação, sem negar o horizonte ético das políticas de inclusão, mas buscando compreender sua complexidade no cotidiano escolar.

Assim, mais do que denunciar opressões, essa perspectiva procura mapear as condições que fazem com que certos discursos se tornem verdadeiros e necessários, permitindo pensar a inclusão como campo de disputas, afetos e resistências no qual o professor se constitui como sujeito ético e político.

## **2 Inclusão Escolar e regimes de verdade: entre o ideal e o cotidiano da docência**

A inclusão escolar consolidou-se nas últimas décadas como uma das principais bandeiras políticas e éticas da educação contemporânea. Em torno dela, formou-se um discurso de forte apelo moral e social, sustentado por enunciados sobre justiça, equidade, diversidade e direito à aprendizagem. No entanto, ao ser reiterado e institucionalizado, esse discurso passou a compor um campo de verdade, isto é, um conjunto de práticas, saberes e políticas que orientam o que pode ou deve ser dito, pensado e feito em nome da inclusão (Foucault, 2014; Lopes; Hattge, 2009). Assim, mais do que um ideal pedagógico, a inclusão passa a constituir um horizonte político-ético que atravessa o cotidiano escolar, configurando modos de ver, agir e sentir dos sujeitos que nela se inserem, especialmente o professor (Veiga-Neto, 2007).

Nesse contexto, compreender a inclusão escolar sob a ótica foucaultiana implica deslocar o foco das intenções normativas das políticas para as condições históricas e discursivas que as tornam possíveis (Veiga-Neto, 2007). Trata-se de analisar os modos pelos quais os discursos inclusivos produzem verdades sobre o que é ser um “bom professor”, o que significa “incluir” e quais formas de conduta são legitimadas ou desautorizadas no interior das escolas. A inclusão, nesse sentido, não é apenas uma política de acesso, mas uma prática discursiva e institucional que participa da constituição ética e profissional dos docentes (Lopes; Dal’Igna, 2012).

### 2.1. A constituição do ideal inclusivo na Educação Básica

O discurso da inclusão escolar no Brasil, impulsionado por movimentos internacionais e marcos de direitos humanos, consolidou-se como valor ético e pedagógico. Nesse processo, o professor passa a ser convocado como principal agente da efetivação da inclusão, emergindo a figura normativa do “professor

inclusivo”, caracterizado pela sensibilidade e pela competência para acolher a diferença (Lopes; Dal'Igna, 2012).

Veiga-Neto (2007) argumenta que tais políticas se articulam a racionalidades neoliberais ao transferirem para o indivíduo a responsabilidade pela gestão da diversidade e pelos resultados escolares. A subjetivação docente torna-se central para compreender como os professores são interpelados a internalizar determinados modos de ser e agir. Em termos foucaultianos, os sujeitos são efeitos de práticas discursivas que orientam condutas e produzem verdades sobre o que significa ensinar na perspectiva inclusiva (Foucault, 2014).

Nessa perspectiva, o discurso da inclusão simultaneamente emancipa e normaliza, ao produzir um sujeito ético, autogerido e comprometido com valores de equidade. Mais do que ampliar acesso, esses dispositivos consolidam regimes de verdade sobre quem deve ser o professor inclusivo (Lopes; Hattge, 2009). A análise biopolítica evidencia como esses discursos atuam como tecnologias de governo da vida, ampliando expectativas de responsabilidade e autogerenciamento docente (Veiga-Neto; Lopes, 2007).

Assim, o professor é produzido como efeito de discursos que estabelecem modos legítimos de ser e sentir. A docência passa a ser regulada por expectativas de empatia, compromisso e superação, associando inclusão a missão pessoal e desempenho contínuo. Em muitos contextos, dificuldades da inclusão são interpretadas como falhas individuais, reforçando mecanismos de normalização. A perspectiva foucaultiana não busca estabelecer causalidades, mas evidenciar as condições que tornam essas atribuições possíveis.

Nesse cenário, compreender os processos de subjetivação implica reconhecer que identidades docentes são construções discursivas atravessadas por relações de poder. Silva (2016) demonstra que identidade e diferença resultam de práticas que definem fronteiras e hierarquias. No campo educativo, isso desestabiliza a noção essencializada de “bom professor”, mostrando que

ele é produzido por discursos que classificam e ordenam modos de ser, incluindo e excluindo sujeitos no interior da própria docência.

## 2.2. Entre a norma e a prática: o cotidiano como campo de forças

Apesar de seu caráter emancipatório, as políticas de inclusão escolar enfrentam o desafio de se materializar em contextos concretos marcados por desigualdades estruturais, carências institucionais e sobrecarga de trabalho docente. É nesse terreno de contradições que a inclusão deixa de ser apenas um ideal normativo e se converte em um lugar de disputas, no qual múltiplos discursos e práticas se cruzam, se enfrentam e se reconfiguram.

Como observam Lopes e Fabris (2020, p. 19), “os discursos sobre a inclusão geram efeitos de verdade distintos nos sujeitos”. Assim, compreender a inclusão requer mais do que mapear políticas ou coletar estatísticas: implica reconhecer os efeitos de verdade que esses discursos produzem, e as formas como moldam modos de ser, agir e pensar na escola.

Nessa direção, Foucault (2010b) propõe que o poder seja analisado em sua dimensão capilar, isto é, nas pequenas práticas, nos gestos e nas relações cotidianas onde ele realmente se exerce. No espaço escolar, essas micropráticas materializam os discursos normativos, e, ao mesmo tempo, os tensionam, revelando a inclusão como um campo de experiência em que corpos, condutas e afetos são organizados, significados e postos em relação, contribuindo para os processos de subjetivação docente e discente. Dessa forma, cada decisão aparentemente simples (o modo de organizar a sala, de avaliar, de planejar, de se dirigir a um aluno com deficiência) é atravessada por normas e expectativas institucionais que definem o que é ser um “bom” professor ou um “aluno incluído”.

Desse modo, o cotidiano escolar, não é o lugar da mera execução das políticas, mas o espaço onde elas se tornam vivas, contraditórias e imprevisíveis. Nele, o professor se vê tensionado entre o que a norma prescreve e o que as condições reais de trabalho permitem; entre o ideal de equidade e a ausência de recursos; entre o discurso de acolhimento e a experiência da impotência. Essas tensões não devem ser vistas como falhas da política, nem como efeitos exclusivos de seus discursos, mas como indícios da natureza produtiva das relações de poder e dos processos de subjetivação que se tecem no encontro entre política e cotidiano escolar (Lopes; Dal'Igna, 2012).

Ao reconhecer o poder como relacional e circulante, Foucault (2010b) nos convida a abandonar a ideia de uma dominação unidirecional. O poder, diz ele, “funciona em rede” e “jamais está entre as mãos de alguns”. Ele se exerce entre os sujeitos e através deles. Assim, as dificuldades e as invenções da prática docente não são meros efeitos colaterais da política de inclusão, mas parte integrante de seu funcionamento: são os pontos em que o poder se traduz, se reinterpreta e, por vezes, se transforma.

### 2.3. O “entre-lugar” da docência inclusiva

É nesse cruzamento entre norma e experiência que se constitui o “entre-lugar” da docência inclusiva. Um espaço híbrido em que o professor é simultaneamente objeto e sujeito do poder, atravessado por normas e, ao mesmo tempo, agente de práticas que as interpretam, reelaboram e deslocam. Nesse entre-lugar, o docente não apenas executa políticas, mas interpreta, ressignifica e, por vezes, resiste às formas de subjetivação a ele impostas.

Como observa Foucault (2010a), o poder não apenas impõe, mas também produz sujeitos que se reconhecem em determinados modos de ser. Sujeitos que se examinam, se avaliam e se confessam sob o olhar normativo de um

discurso de verdade. Nessa ambiguidade, o professor torna-se figura paradigmática da tensão entre sujeição e liberdade. Se, por um lado, é convocado a agir segundo a moral da inclusão, por outro encontra, em suas próprias práticas, brechas para reinventar-se, criar estratégias, negociar o possível e o desejável.

Esses movimentos de micro-resistência, muitas vezes sutis e silenciosos, revelam a potência criadora da docência como prática ética. Um exercício permanente de pensar-se e constituir-se no encontro com o outro. Assim, o “entre-lugar” da docência inclusiva não é apenas o espaço da contradição, mas também da “produção de si”, onde se entrelaçam as forças do poder e da resistência, do governo e da liberdade. É nesse espaço que o professor emerge como sujeito ético-político, continuamente atravessado por discursos, mas também capaz de reinventá-los e produzir outros modos de existir. Pensar a docência inclusiva a partir da subjetivação é reconhecer o professor como sujeito em processo, cuja prática constitui um exercício ético de liberdade, mais do que uma resposta normativa às políticas.

### **Considerações (In)Acabadas**

As reflexões aqui apresentadas não pretendem encerrar o percurso investigativo, mas produzir novos deslocamentos e possibilidades de leitura. Em uma perspectiva pós-crítica, especialmente inspirada nos Estudos Culturais da Educação, compreender o processo de pesquisa implica reconhecer sua condição inacabada, aberta a outros olhares, vozes e efeitos de verdade.

Nesse horizonte, o caminho trilhado buscou tensionar a inclusão escolar como um rede de forças em que discursos, práticas e afetos se entrelaçam na produção do sujeito docente. Ancorada na analítica foucaultiana do poder e na noção de subjetivação, a discussão possibilitou deslocar a compreensão da

docência inclusiva de uma perspectiva meramente normativa para uma leitura ética, política e relacional. Nesse movimento, o professor deixa de ser visto apenas como executor de políticas e passa a ser compreendido como sujeito que se constitui e se reinventa nos espaços de governo e resistência.

A inclusão, tomada aqui como campo de experiência, mostra-se atravessada por racionalidades que orientam o modo como a diferença é significada e como as condutas são colocadas em relação, sem reduzir a política inclusiva a um simples mecanismo de gestão, mas reconhecendo sua potência ética e os processos de subjetivação que nela se engendram. As vozes docentes, quando escutadas, revelam o caráter ambíguo dessa experiência: entre o ideal de acolhimento e as condições precárias do trabalho; entre o discurso da equidade e os afetos de cansaço e frustração; entre o dever de incluir e o desejo de permanecer íntegro diante das contradições cotidianas.

Concluir, portanto, é sempre provisório. O pensamento foucaultiano nos ensina que todo discurso carrega em si a possibilidade de outro, que toda forma de governo abre brechas para resistências, e que todo sujeito é, antes de ser fixo, um processo em movimento. Assim, mais do que apontar respostas, este trabalho busca abrir perguntas: que novos modos de existência docente podem emergir quando a inclusão é compreendida não como imposição normativa, mas como prática reflexiva e ética de liberdade? Que potências éticas e políticas se anunciam quando o professor se reconhece não apenas governado, mas também capaz de governar-se e criar-se a si mesmo no encontro com o outro?

Essas (in)conclusões não encerram o percurso, mas prolongam o convite à escuta das vozes docentes, reconhecendo nelas não apenas enunciados sobre a inclusão, mas modos de existência que resistem, persistem e inventam sentidos para a docência e para a própria educação. Reitera-se, contudo, que as análises aqui desenvolvidas não se colocam em oposição às políticas de inclusão, mas procuram acompanhar, em chave genealógica, como tais políticas



se entrelaçam com práticas, afetos e processos de subjetivação docente, abrindo brechas para a elaboração ética e para a reinvenção de si no cotidiano escolar.

## Referências

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**: curso dado no Collège de France (1981-1982). Edição estabelecida sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana; tradução de Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010a. (Coleção Obras de Michel Foucault).

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2010b.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 19. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

LARROSA, Jorge. **Pedagogia profana**: danças, piruetas e mascaradas. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

LARROSA, Jorge. **Esperando não se sabe o quê**: sobre o ofício de professor. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

LOPES, Maura Corcini; DAL'IGNA, Maria Cláudia. Subjetividade docente, inclusão e gênero. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 851-867, jul./set. 2012. DOI: 10.1590/S0101-73302012000300011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/CjFmRmXmYdZb3bdwzFPcfVJ>> Acesso em: 02 nov. 2025

LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Eli Henn. **Inclusão & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.



LOPES, Maura Corcini; HATTGE, Morgana Domênica (Orgs.). **Inclusão escolar**: conjunto de práticas que governam. Editora Autêntica, 2009.

MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. 3. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed., 8. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016. Livro eletrônico.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a educação**. 2. ed., 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. Livro eletrônico.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Inclusão e governamentalidade. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 947-963, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/CdwxsTyRncJRf8nmrhmYjsg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 jul. 2025.

**Recebido: 16/12/2025**  
**Aceito: xx/xx/2025**